

Modelo de gestão da 'era pós-Levy' já começa a surgir

Valor Econômico - 18/12/2015

Embora não tenha sido oficializada a saída de Joaquim Levy do Ministério da Fazenda, a gestão do governo pós-Levy já começou.

Claudia Safatle | De Brasília

Fontes da área econômica viram uma primeira iniciativa de mudança da política econômica, que se seguirá à demissão do ministro, na decisão do BC que, na quarta feira, liberou compulsório para financiar projetos de infraestrutura do PAC e para bancos de menor porte. São cerca de R\$ 3 bilhões que serão, segundo essas fontes, destinados a financiar as empresas construtoras do Minha Casa, Minha Vida credoras do governo, que não tem dinheiro para pagá-las. Levy não gostou do que viu.

A presidente Dilma Rousseff teria manifestado interesse em colocar na Fazenda um nome que saiba vender esperança no futuro. Levy teria ficado muito focado no ajuste fiscal, no entender de fontes do Planalto. Dilma e o ex-presidente Lula querem um ministro que fale em crescimento econômico para mostrar que a recessão e o desemprego são passageiros.

Em conversas com amigos nas duas últimas semanas, Levy comentava que, ao contrário do que se espalhou pelos quatro ventos, sua agenda na Fazenda nunca foi só o ajuste fiscal. No discurso de posse, lembrou que desfiou os principais eixos da política econômica que pretendia imprimir, começando por "enfrentar hábitos arraigados, consertar equívocos e avançar nas reformas para preparar o Brasil pós-commodities".

Se o governo pretendeu focar no fiscal, disse ele, foi porque "provavelmente não quer reformas" e que, muito provavelmente, "ainda pensa, como no caso do impeachment, que pode manter tudo igual só com ajustes de curto prazo".

O custo da deriva fiscal ficou cristalino com o envio, ao Congresso, do Orçamento de 2016 deficitário e a consequente perda do grau de investimento pelas agências de rating Standard & Poor's, em setembro, e pela Fitch, nesta semana. O preço do ajuste vai aumentar porque o Congresso entra em recesso sem ter votado medidas de aumento de impostos que exigem o princípio da anterioridade.

Levy encontrou as finanças públicas devastadas pelo governo durante o primeiro mandato. Errou por ter firmado uma meta de superávit primário de 1,2% do PIB ainda no fim de 2014, mas não conhecia a extensão da ganância, das pedaladas, dos impactos nos anos seguintes de medidas tomadas até 2014. Nem todas as informações lhe foram passadas durante a transição. Houve uma farta distribuição de generosos subsídios, durante a vigência da nova matriz econômica, as contas não fechavam e o buraco era gigantesco.

Para ele, a agenda de crescimento do Ministério da Fazenda teve início com o "combate ao patrimonialismo", a exemplo do Conselho Administrativo da Receita Federal (Carf), envolvido nas investigações de corrupção da Operação Zelotes, que mesmo diante desse processo passou por profundas reformas.

Sob sua gestão, a Fazenda cortou subsídios sem retorno, com a reoneração parcial da folha de pagamento das empresas. Já anunciados ministros - ele e Nelson Barbosa, no

fim do ano passado -, reformaram as condições dos empréstimos do Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI), que abriu um rombo de R\$ 30 bilhões nas contas públicas.

O Conselho Monetário Nacional sob a presidência da Fazenda, aumentou a TJLP e os juros no plano safra, que haviam gerado pedaladas bilionárias no Banco do Brasil. Reduziu focos de tensão com o TCU dando maior transparência nas receitas e despesas da União e acatando sugestões do tribunal.

Em várias conversas que teve nos últimos dias, o ministro fazia um verdadeiro testamento. Citou que com o ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, fez todo o conserto do setor elétrico, cujas empresas estavam com sérios problemas financeiros por causa das heranças da MP 579, pilar do plano da presidente Dilma Rousseff para baixar as contas de luz. Restabeleceu-se o realismo tarifário e as tarifas de energia aumentaram em média 52% este ano.

Também encontrou uma solução para o fornecimento de energia em condições mais vantajosas à indústria eletrointensiva do Nordeste, que estava à beira do colapso. Lá foram adotadas tarifas compatíveis com a expansão da oferta e reajustes usando a inflação implícita nas NTN-Bs. Esse, aliás, foi o primeiro passo para a desindexação da economia desde o Plano Real, ressaltava.

Após as reformas no setor, o governo conseguiu levantar R\$ 17 bilhões em um leilão de hidrelétricas, em que pela primeira vez não houve a triangulação de recursos públicos a partir de financiamentos do BNDES. Parte do dinheiro novo, cerca de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões, será destinado à capitalização das empresas distribuidoras da Eletrobras, facilitando sua venda e fechando um dos muitos ralos da estatal, comentou.

Outras áreas que estavam sendo abordadas se referiam ao desenvolvimento de financiamentos para as grandes obras que o país demanda, com novas debêntures para a infraestrutura e realinhamento da tributação dos instrumentos financeiros como LCA, LCI e renda variável, dentre outros.

Na área tributária, tentou-se avançar em duas reformas, a do ICMS e a do PIS/Cofins, cuja proposta de introdução do regime de crédito financeiro já está na Casa Civil. A proposta de financiamento da transição do ICMS com os recursos da "repatriação", sem criar mais despesas para o Tesouro Nacional, foi, segundo o Ministério da Fazenda, "descarrilhada" na Câmara dos Deputados, mas voltaria aos trilhos com a proposta de emenda constitucional do Senado.

Levy propôs, com o Banco Central, uma nova lei de punição do sistema financeiro, aproveitando as reformas do novo Código de Processo Civil, que criaria um conselho de recursos especial para o setor de mercado de capitais, separado da área bancária, e um decreto com reforma do conselho recursal da Susep, para melhorar a governança desses órgãos.

A desvalorização do câmbio, apesar do impacto nos preços domésticos, permitiu a queda do déficit na conta corrente à metade e deu um novo alento para os exportadores. Durante esse período, não houve debate no Palácio do Planalto nem na área política e nem na Fazenda sobre a condução da taxa de juros pelo Copom.

A crise política e as investigações da Lava-Jato, porém, deram um tombo na economia e na arrecadação de impostos, inviabilizando o superávit fiscal de 2015. A recuperação da Petrobras ainda não ocorreu e a reforma da Previdência não avançou.

Síntese

Governo quer arrecadar R\$ 30 bi com cobrança da dívida ativa

18/12/2015

Total recuperado neste ano foi de R\$ 15 bilhões; expectativa da PGFN é chegar a pelo menos R\$ 30 bilhões.

Neste ano, as estratégias de cobrança e renegociação da dívida ativa foram responsáveis pela entrada de R\$ 15 bilhões nos cofres públicos.

O governo federal pretende intensificar o esforço de recuperação de débitos fiscais para aumentar a arrecadação em 2016. Neste ano, as estratégias de cobrança e renegociação da dívida ativa foram responsáveis pela entrada de R\$ 15 bilhões nos cofres públicos desse total, R\$ 7 bilhões vieram de parcelamentos.

Para o ano que vem, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) espera pelo menos dobrar esse resultado, com uma arrecadação entre R\$ 30 bilhões e R\$ 35 bilhões. Este segundo semestre, a PGFN colocou em prática o Novo Plano de Cobrança da Dívida Ativa, que prevê diversas ações, como a ampliação do protesto da certidão de dívida ativa para médios e grandes devedores, cuja estimativa de arrecadação gira entre R\$ 3 bilhões e 6 bilhões.

A Procuradoria também assinou um termo de cooperação com o Ministério da Fazenda e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a criação de mecanismos que acelerem a tramitação de processos com maior perspectiva de pagamento. O órgão já encaminhou ao CNJ uma relação com os 1.000 maiores processos em execução fiscal, com garantia e fiança, para que o julgamento seja agilizado. Esses processos totalizam R\$ 25 bilhões e podem gerar arrecadação de R\$ 10 bilhões em 2016.

Outra portaria permitirá a cobrança dos maiores devedores e proprietários de terras rurais da União (26 proprietários das maiores áreas devem R\$ 45 bilhões). A medida prevê arrecadação entre R\$ 5 bilhões e 10 bilhões.

O plano também inclui a intensificação da cobrança de devedores com maior possibilidade de recuperação (R\$ 5 bilhões), monitoramento patrimonial de grandes devedores no **Carf** (de R\$ 2 bilhões a 4 bilhões), diligenciamento patrimonial de devedores em larga escala (R\$ 2 bilhões a 5 bilhões) e aperfeiçoamento da atividade de pesquisa e análise fiscal, para combater fraudes (de R\$ 2 bilhões a 5 bilhões).

Esses resultados estão baseados no atual acervo da PGFN. Com a reforma do **Carf** e a expectativa de aceleração dos julgamentos em 2016, deverá ser possível aumentar essa arrecadação, segundo o órgão.

Entre as ações do **Carf** para 2016 está a priorização do exame de admissibilidade dos Recursos Especiais para definir se o recurso terá seguimento na instância superior ou passará para cobrança, primeiramente administrativa e, eventualmente, pela PGFN. Nos próximos meses, devem ser sorteadas as turmas ordinárias do **Carf** para julgar ações no valor de R\$ 194 bilhões e recursos para a Câmara Superior no valor de R\$ 57 bilhões. Com isso, além do atual acervo, prevê-se que ações no valor de R\$ 251 bilhões sejam julgadas até o final do primeiro semestre de 2016.

Fonte: Secretaria da Comunicação Social

Transparência e eficiência da economia são maiores legados da Lava Jato, diz Levy

18/12/2015

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou nesta sexta-feira, 18, em café da manhã com jornalistas, que a transparência e a eficiência da economia serão os principais legados da Operação Lava Jato. Como exemplo, Levy citou iniciativas que vão melhorar o ambiente econômico do País ao fim das investigações.

A reestruturação do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), assim como o projeto sobre o novo marco para a infraestrutura, vai criando esse ambiente pós-Lava Jato. A gente vai poder ter coisas que vão aumentar a transparência e a eficiência da economia, disse.

Sobre o cenário econômico, Levy afirmou que o País tem mostrado grande resiliência, destacando que temos um setor financeiro estruturado e as famílias não estão muito endividadas. A economia tem capacidade de resposta e tem conseguido segurar o tranco, avaliou.

Congresso

Com a aprovação do Orçamento do ano que vem contando com as receitas da CPMF, o ministro da Fazenda aproveitou a oportunidade para cobrar do Congresso celeridade para a aprovação das medidas que incrementam a arrecadação federal para que o orçamento possa ser executado. Você não dá uma tarefa à alguém sem ter os meios, destacou.

Dando como certo o tributo nas contas para o ano que vem e com o projeto ainda em tramitação no parlamento, Levy preferiu deixar a cargo dos parlamentares as especificidades da medida. Qual vai ser a alíquota e quando vai ser aprovada, vamos ver nos próximos meses, afirmou.

O ministro classificou como uma vitória do Congresso a alteração da meta fiscal sem abatimentos, como propôs o governo e não uma vitória do ministério da Fazenda. É importante ter meta clara e eu chamo a atenção que um meta clara pressupõe clareza, disse.

Ao fazer um breve balanço sobre sua ação à frente da Fazenda em 2015, o ministro avaliou que foi caindo a ficha de que o ajuste não era um capricho da presidente e sim uma necessidade do Brasil.

Levy lembrou que, no começo do ano, o Congresso chegou a aprovar as chamadas pautas-bomba, que foram vetadas pela presidente Dilma. Posteriormente, o Congresso referendou a decisão da presidente e não derrubou os vetos, o que aumentaria o gasto público em meio ao ajuste fiscal.

Valor On Line

Levy: Lava-Jato trará 'legado' de transparência para empresas e Estado

18/12/2015

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou hoje que a Operação Lava-Jato vai ser responsável por trazer ao país um "legado". Segundo ele, as investigações devem despertar a busca por um relacionamento mais transparente entre empresas e Estado.

"A reforma do **Carf** [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais] e o projeto do novo marco da infraestrutura vão criando esse ambiente pós-Lava-Jato. A gente vai poder ter coisas que vão aumentar não só a transparência, mas a eficiência da nossa economia. Acho que vai ser uma das principais consequências e legados de tudo isso que está acontecendo por causa da Lava-Jato", afirmou. Essa é a primeira vez que o ministro faz referência explícita às investigações da Polícia Federal.

O ministro ainda fez uma defesa por mais abertura e concorrência entre as empresas. "Queremos relacionamento entre empresas e Estado cada vez mais transparente e aberto, com mais empresas participando", afirmou. Segundo ele, o Ministério já vem trabalhando no ajuste de editais para permitir a participação de mais empresas nas concorrências públicas.

-